

A sina da União Europeia

» SACHA CALMON
Advogado

A Europa preocupa. Há muito tempo existe um constrangimento estrutural, a excessiva dependência externa de recursos energéticos — gás natural, petróleo e carvão. A Europa sente que esses insumos são essenciais para manter as atividades e a competitividade produtiva da indústria, os serviços e o bem-estar social, em especial no inverno.

Essa exposição da União Europeia (UE) ficou mais evidente a partir da crise do petróleo de 1974, quando o oligopólio dos principais países produtores impôs preços historicamente elevados do petróleo, com instabilidade, incertezas e inflação. Esse novo cenário alçou a segurança energética e seus custos ao centro das preocupações econômicas e políticas da UE.

Um ponto que impulsiona ainda mais a transição energética é a posição russa de potência global, em flagrante disputa com os Estados Unidos (EUA). Em 2020, a Rússia foi o segundo maior produtor mundial de gás natural, com uma participação de 17%, versus 24% dos EUA. Nas exportações, a Rússia foi primeiro lugar, com 238 bilhões de m³, superando os EUA, segundo colocado com 137 bilhões de m³. Do total exportado pela Rússia, 70% se destinam à UE e, do total importado pelo bloco, 45,3% são de origem russa, enquanto apenas 6,6% provêm dos EUA.

A partir desse enquadramento analítico econômico e energético, entende-se que as sanções econômicas impostas à Rússia colocaram a UE em insegurança energética. De imediato, os preços de petróleo, gás e carvão subiram, sem previsão de reduções no curto e médio prazos e com variações abruptas derivadas da dinâmica da guerra, em cenário análogo à crise do petróleo de 1974, reavivando a espiral inflacionária. As incertezas são ainda agravadas, pois não há, no curto e, possivelmente, no médio prazo, condições de outros países suprirem a demanda europeia de gás natural, inclusive por falta de infraestrutura

logística e portuária.

Dessa forma, só resta à UE adotar a “marcha forçada” da transição. Nesse sentido, em maio de 2022, foi aprovado o REPowerEU Plan, iniciativa com grande alcance econômico e ambiental, que visa reduzir a dependência de combustíveis fósseis russos, via aumento da eficiência, aceleração da substituição do gás natural por insumos limpos, como hidrogênio verde, e aumento da quota de mercado das renováveis para 45% até 2030.

Assim, as medidas emergenciais, complexas e multissetoriais, voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias verdes através de maciços programas de investimentos, buscam superar um imenso desafio: a conversão acelerada para uma matriz mais limpa e que simultaneamente garanta segurança energética. Porém, usinas termelétricas a carvão têm que ser acionadas para evitar problemas de suprimento e conviver com inflação elevada, uma vez que não há outra alternativa em cena no curto prazo.

É bom não esquecer que a Europa passa por essas dificuldades porque quer. Apoiou a “politização anti-russa” de Zelenski, deu-lhe os incentivos necessários, mas não quis confrontar diretamente a Rússia. O quadro, portanto, mostra uma sombra do que foi a Europa ocidental para o mundo que surgiu da 2ª guerra mundial. A Europa, essa ocidental,

de que estamos a falar, já surgiu ultrapassada por novos “players”: os EUA, outrora isolacionistas e a URSS, a chamada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a praticar o socialismo de Estado (hipertrofia do governo) hoje Rússia!

Tzar é uma palavra russa, derivada do César Romano. Pois bem, Rússia sob manter sua posição de domínio sobre um imenso território, induzindo a Europa ocidental e a leste a depender de seus insumos energéticos (petróleo e gás), inclusive na hoje Ucrânia que de região tornou-se um país, há pouco mais de 30 anos de independência plena.

O mundo já assistiu o desaparecimento do socialismo de Estado na China, Rússia e vizinhanças, mas sem solução, porém, para os países em desenvolvimento na Ásia (menos África descolonizada e América Latina. Essa questão é de suma importância para a superação da pobreza a atormentar muita gente como no Brasil.

Assistencialismo e programas sociais não resolvem as penúrias dos países em desenvolvimento e, do contrário, as intensificam. O Brasil optou pela livre iniciativa econômica, porém com a presença forte do Estado (assistencialismo). Nessa parte e só para exemplificar, tanto faz ser Lula ou Bolsonaro, tirante a retórica (o Estado Provedor). Ambos são responsáveis por programas intensivos e insustentáveis, a curto prazo, de assistência social, a sangrar as contas nacionais. A partir de 2023, o país precisa retomar o crescimento do mercado interno e elevar as exportações para compensar a tributação, já alta, dos setores produtivos.

A política precisa debater com seriedade este momento crucial pelo qual passamos, sem demagogias. É ver o Chile onde o povo, em efervescência, busca uma nova ordem constitucional que incorpore o pensamento da maioria!

O centro democrático está longe do protagonismo que o Brasil dele espera, por estarmos enredados numa disputa de egos antes que de programas de governo!



Aniversário do Programa Nacional de Imunizações é para ser comemorado por todos os brasileiros

» ARNALDO MEDEIROS
Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde

Assegurar a proteção contra doenças imunopreveníveis, direito básico e constitucional dos cidadãos brasileiros, é concretizado por um conhecido e importante instrumento da saúde pública, a vacina.

Por trás do simples ato de receber a picada da agulha ou a gotinha na boca das crianças, há uma estrutura grandiosa resumida em três letras: PNI, o Programa Nacional de Imunizações, que hoje completa 49 anos de sucesso. Com 47 diferentes imunobiológicos ofertados, o PNI é um dos maiores programas de vacinação do planeta, reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) como referência internacional.

Com o PNI, o Brasil foi pioneiro na inserção de diversos imunizantes no nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, é um dos poucos países que oferecem a toda população mais de 20 vacinas. O programa é responsável pela Política Nacional de Imunizações, que tem como objetivo reduzir a transmissão de doenças imunopreveníveis, a ocorrência de casos graves e óbitos, com fortalecimento de ações integradas de vigilância em saúde para promoção, proteção e prevenção em saúde da população brasileira.

A definição da política de vacinação do país, desde a aquisição dos imunobiológicos até a disponibilização gratuita nas quase 40

mil salas de vacinação espalhadas pelo Brasil, é tarefa do PNI.

Com quase 50 anos de existência, o PNI também é responsável pelo estabelecimento de normas e diretrizes sobre as indicações e recomendações da vacinação. São imunizantes que acompanham cada fase da vida dos brasileiros e fazem parte do Calendário Nacional de Vacinação, que contempla todo o conjunto de vacinas de rotina. São 17 doses de proteção para crianças, sete para adolescentes, cinco para adultos e idosos e três para gestantes.

Exemplo de orgulho dessa trajetória é o registro do último caso de poliomielite no Brasil, em 1989, um marco da relevância do Programa Nacional de Imunizações. Esse feito está em risco exatamente pela nossa falta de memória, de conhecimento da incidência recente dessa doença muito perigosa, que pode deixar sequelas graves em nossas crianças, como a paralisia infantil ou até levar à morte. Graças ao PNI, quem está hoje na faixa entre 30 e 50 anos, provavelmente foi vacinado na infância. Naquela época, vírus causadores de doenças como caxumba, rubéola, sarampo e a própria poliomielite circulavam sem serem freados.

Após a eliminação de várias dessas doenças, por não serem mais visíveis, muitas pessoas ficaram com a falsa percepção de que

elas deixaram de existir. Engano. É a alta imunização que assegura a não circulação dos vírus. Só com a vacinação em dia que todos continuaremos protegidos. Consequência da falsa sensação do fim das doenças é atualmente assistirmos ao registro de novos casos, até mesmo em países desenvolvidos.

Para manter nossos pequenos protegidos da paralisia infantil e a população livre de tantas outras enfermidades, como a rubéola, bem como controlar casos de sarampo e febre amarela, é preciso continuar vacinando. Não é aceitável que pessoas, especialmente as crianças, adoeçam e morram de enfermidades para as quais já existe vacina há muitos e muitos anos. É fundamental o empenho de todos, dos governos e da sociedade, para recuperarmos os altos índices de vacinação e protegermos todos os brasileiros.

Ao completar quase meio século de existência, o aniversário do PNI acontece em meio à Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite para crianças de 1 a 5 anos e à Campanha de Multivacinação para a atualização da Caderneta de Vacinação de todos os menores de 15 anos. É hora de o Brasil mostrar que ainda é referência internacional em vacinação e garantir que as histórias de vidas interrompidas pelas doenças preveníveis fiquem só no passado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Muito Sinceros

Canalizada sob as mais diversas rubricas, sob as mais inventivas nomenclaturas e de forma absolutamente compulsória, nenhuma legenda política, das mais de 30 que orbitam os legislativos do país, sobreviveria por mais de quatro anos ou por mais de uma eleição não fossem os recursos públicos empreendidos.

Apenas por esse aspecto sui generis, podemos inferir que a representação política, tão necessária para a manutenção do chamado Estado democrático de direito, por meio de partidos sustentados exclusivamente com verbas públicas, resulta, na verdade, numa espécie de democracia do tipo estatal. Em outro sentido, pode-se entender que, por essa fórmula, o que os brasileiros têm em mãos para representá-los no parlamento, em todos os níveis, municipal, estadual e federal, são empresas típicas do Estado, que, ao contrário de muitas, espantosamente, não necessitam adotar regras de compliance ou mesmo prestar contas aos contribuintes dos recursos que arrecadam e dos gastos que empreendem.

A questão, nesse caso, é como alcançar uma verdadeira democracia, com igualdade de oportunidade, sabendo-se que a ponte que liga o cidadão ao Estado é inteiramente construída e alicerçada com a vontade e com os recursos estatais, administrados nesse caso por indivíduos ou grupos instalados dentro da máquina pública.

Quando surgiu como uma força nova dentro do cenário político do final dos anos 1970, o Partido dos Trabalhadores empolgava as oposições ao regime pelo fato de obter seus recursos diretamente da população, por meio de vaquinhas, venda de camisetas e churrascos, festas outros meios originais e absolutamente transparentes. Essa era a força que mantinha esse partido bem ao gosto popular. Esse tempo amador, mas autêntico, ficou no passado.

Hoje, as legendas vivem à sombra do Estado, devidamente azeitados com verbas bilionárias, fechados em si mesmos, distantes da população, hoje chamada apenas de base. Fenômeno semelhante parece ter ocorrido também com os clubes de futebol. Antigamente era comum falar-se em amor à camisa. Eram tempos de inocência dentro do futebol. Os times viviam praticamente dos recursos obtidos das bilheteria dos jogos. Por esse critério, o desempenho no campeonato e a boa performance contavam muito para atrair público. Só os bons times, bem armados e treinados, sobreviviam aos torneios. Esses também foram tempos que estão bem longe. Atualmente, os times são empresas, e quem parece brilhar, mais do que os jogadores, são os cartolas. Guardadas as proporções e a importância de cada um para a vida dos brasileiros, os recursos fáceis e abundantes acabaram por roubar a paixão de eleitores e torcedores.

Fundos partidários e eleitorais para campanhas arrancam bilhões dos cidadãos, a cada ano, transformando as legendas em empresas de grande porte, capazes de fazer inveja aos países do Primeiro Mundo. Não é por outro motivo que existem, atualmente, tantos partidos, com a expectativa de criação de muitos outros. Ainda assim, com tanta fartura material, os partidos e os políticos nunca estiveram tão em baixa na confiança do cidadão.

Seguidas pesquisas mostram que, entre as instituições do país, aquelas que menos gozam da simpatia e da confiança dos brasileiros são justamente os partidos e os respectivos políticos. Por aí, pode-se ver que não é o dinheiro que torna pessoas, empresas e instituições em algo respeitável e aceito pela população.

Se o financiamento público, como afirmam muitos, é necessário para afastar a influência das empresas privadas, por outro lado a abundância de recursos e a sede como os políticos se atiram ao pote dos financiamentos públicos têm trazido mais prejuízos do que benefícios para os próprios políticos e, por tabela, para o processo de aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Nem todo o dinheiro do mundo em propaganda seria capaz de reverter a perda de credibilidade. Um sinal de que o dinheiro não pode tudo é que a cada eleição aumenta o número de eleitores que simplesmente deixam de comparecer às urnas. Há, inclusive, estudos que mostram que, não fosse a obrigatoriedade do voto, determinada em lei, muitos eleitores só saberiam que é eleição por se tratar de um feriado.

Do ponto de vista do cidadão comum, os partidos vivem numa espécie de divórcio litigioso com a população. Transformados em clubes fechados e insistindo em manter interlocução apenas entre si e com aqueles instalados no poder e na máquina pública, os partidos políticos já não empolgam a população. Esse efeito é ruim para a democracia.

De acordo com o Instituto Internacional pela Democracia e Assistência Eleitoral (Ideia), 118 países adotam algum tipo de financiamento público para apoiar partidos ou campanhas, mas nenhum deles possui tantos recursos e facilidades como o sistema brasileiro. Ao deixar de sobreviver com as contribuições diretas dos filiados e simpatizantes, os partidos políticos começaram a cortar o cordão umbilical com a sociedade que afirmavam representar.

Ao adquirirem a independência econômica, muito acima das necessidades, as legendas se apartaram de vez da população, de quem só dependem efetivamente a cada quatro anos. Apoio efetivo só se compra daqueles que trabalham mais diretamente nas campanhas. Há uma crise dos partidos que parece só ser vista por aqueles que estão do lado de fora e que formam o grosso da população.

É justamente esse ponto que foi percebido, com a lupa da ganância, pelos mais caros e criativos marqueteiros de campanhas políticas de todo o país. Capazes de transformar água em vinho essas expertises da propaganda tiravam leite de pedra, mas, ainda assim, não foram capazes de solucionar a crise de identidade das legendas e seu desgaste perante a opinião pública.

Impressionante como ainda muitas legendas são capazes de vender a alma para garantir um tempo maior em rádio e televisão. Mais impressionante é verificar que, mesmo de posse de grandes somas de dinheiro, capazes de comprar os serviços dos mais renomados bruxos do marketing político, os partidos políticos não contam com a simpatia sincera da sociedade.

» História de Brasília

Saia da escola, por favor. Vá ao Posto de Saúde. Não há. Procure o mercado. Está em obras. Funciona, precariamente, em uma casa, vendendo o que é possível, sem dar para o abastecimento de todas as casas. O leite chega cedo, e não é conservado em geladeiras, porque não há frigoríficos. (Publicada em 10/3/1962)